



DANI BALBI
Ex-aluna de graduação, mestrado e doutorado da UFRJ lança peça sobre violência policial nas comunidades

EX-REITOR LEVI E QUATRO COLEGAS DESABAFAM SOBRE PESADELO DE AGUARDAR 17 ANOS POR JUSTIÇA EM PROCESSO RECHEADO DE ERROS

Páginas 4, 5 e 6



FERNANDO SOUZA

Queda do muro do CAp expõe fragilidades da UFRJ

O desabamento do muro do Colégio de Aplicação ocorrido no último domingo, explicita dificuldade da UFRJ de resolver pendências estruturais. Obra foi orçada em R\$ 109 mil. Reitoria, Decania do CFCH e Direção do CAp sabiam do problema há quatro meses. Risco de acidente foi alertado em fevereiro. Comunidade do CAp protestou no último Consuni. Reitor suspendeu sessão. Trabalho de cercamento começou essa semana. Colégio atende crianças a partir de 3 anos de idade.

#OrgulhoDeSerUFRJ



POR KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Direto do Consuni

COMUNIDADE DO CAP PROTESTA NO FUNDÃO

A crise do Colégio de Aplicação repercutiu no Conselho Universitário do dia 26. Com cartazes e palavras de ordem, a comunidade escolar cobrou uma resposta imediata da reitoria para os problemas de infraestrutura do prédio da Lagoa — o muro lateral do CAP desabou na madrugada de domingo (leia mais na página 3).

“Por sorte, a queda do muro não feriu ou matou estudante, funcionário da escola ou transeunte, mas ele ‘caiu’ sobre todos nós. Durante seis meses, nós, servidores e estudantes do CAP, trabalhamos com medo em um local condenado por um laudo do ETU que apontava risco iminente da queda”, disse a professora Maria Coelho, representante do corpo docente da escola no Consuni.

O reitor Roberto Medronho respondeu que articula projeto para conseguir um valor próximo a R\$ 1 bilhão da indústria do petróleo para fazer a reforma de todas as edificações da UFRJ. A justificativa seria o fato de a universidade ter contribuído de forma decisiva com as pesquisas que viabilizaram a exploração petrolífera no pré-sal. “Nesta casa surgiu o pré-sal, que rende bilhões de dólares para o Estado brasileiro”, disse. “Essa proposta, obviamente, inclui nosso Colégio de Aplicação”.

O dirigente explicou que o orçamento reduzido e a precariedade encontrada em vários prédios da UFRJ são fatores que dificultam a gestão. “Levanta-



ANA BEATRIZ MAGNO

mento do ETU (Escritório Técnico da Universidade) mostra que para nós reconstruirmos (80% dos imóveis), voltando ao que era antes, sem nenhuma modernização, a UFRJ precisaria de R\$ 1 bilhão”.

A reunião do Consuni foi encerrada após uma discussão acalorada entre representantes da escola e o reitor. Havia uma solicitação para a representação do grêmio estudantil do CAP falar aos conselheiros. Medronho retrucou que o tempo destinado aos informes e eventuais pronunciamentos de pessoas externas ao conselho havia acabado. Em meio às palavras de ordem e diante

de alguns resíduos do muro depositados na mesa diretora do Consuni, o dirigente se levantou e declarou a sessão encerrada. “Enquanto reitor da UFRJ, me cabe manter a institucionalidade”, disse.

Representantes da comunidade seguiram na sala do Bloco E do CT onde aconteceu o Consuni expressando a insatisfação com a crise do CAP. “O nosso colégio está caindo aos pedaços há anos”, disse a presidente do grêmio estudantil, Sophia Mayumi. Ao final, o grupo ainda realizou uma passeata de protesto até o bloco A do Centro de Tecnologia.

partilhada pela conselheira Arthura Rocha, que estuda no local. Procurada pela coluna, a direção do IFCS informou que a aprovação permite a assinatura de convênio com a prefeitura — que vai custear a reforma — para a licitação da obra. “Estamos aguardando a agenda do prefeito para a assinatura”, disse o diretor Fernando Santoro.

INDICAÇÃO POSTERGADA

Antes de ser encerrada, a sessão marcaria a troca no comando da Ouvidoria-Geral da UFRJ. Seria submetida ao Consuni a indicação da professora Katya Gualter, diretora da Escola de Educação Física e Desportos, para substituir Luzia Araújo. Ficou para uma próxima reunião.

PROGRESSÃO SIMPLIFICADA

Também ficou para depois a revisão da resolução do Consuni que trata das progressões e promoções docentes. Além de formalizar nas novas regras a conquista judicial da AdUFRJ que voltou a permitir as progressões múltiplas, os conselheiros estudam outras mudanças. Entre elas, a demanda do sindicato pela desburocratização dos processos internos de desenvolvimento na carreira. “Uma reflexão que considero oportuna, motivada pela AdUFRJ, é o rigor burocrático exigido na apresentação de documentos que são de pleno conhecimento da UFRJ”, escreveu o professor Habib Montoya, representante do corpo docente de Macaé, em seu parecer sobre o assunto.

ARQUIVO ADUFJR



REFORMA ELÉTRICA APROVADA

O projeto de reforma elétrica do prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Instituto de História foi aprovado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). A boa nova foi com-

AULÁRIO SOFRE INTERDIÇÃO PARCIAL

A interdição de dois banheiros e de uma sala do aulário da Praia Vermelha desde segunda-feira (23) representa mais um capítulo da crise de infraestrutura da UFRJ. A decisão foi tomada após uma vistoria do Escritório Técnico da Universidade que apontou risco de acidente para os usuários. Foram detectados vazamentos e afundamentos do piso.

“Ações de recuperação estrutural e material são necessárias no telhado, na base dos reservatórios superiores, nos pisos e estruturas dos sanitários e no piso, de forma pontual, em salas de aula”, diz o relatório do ETU ao qual a reportagem teve acesso.

Chefe de gabinete da reitoria, a professora Fabiana Fonseca informou que uma empresa de manutenção já contratada pela UFRJ começa o reparo esta semana. Os espaços devem ser reabertos até o início do próximo período letivo. “Os dois banheiros e uma sala. O restante não está comprometido”, afirmou.

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



RIO DE JANEIRO E MACAÉ



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA



WELLHUB



SEM MURO E SEM AULAS

> Mais uma parte da UFRJ desaba e mostra a dificuldade da instituição de preservar sua estrutura. Desta vez, no Colégio de Aplicação. Risco estava previsto desde fevereiro. Aulas estão suspensas

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

As aulas no Colégio de Aplicação seguem suspensas pelo menos até esta sexta-feira, dia 27, em consequência do desabamento do muro do colégio. A queda, na madrugada do domingo (22), felizmente não deixou feridos, mas gerou intensa revolta da comunidade escolar. Com razão. Desde fevereiro havia a informação de que a estrutura ameaçava ruir. A escola atende a crianças e adolescentes dos três aos 17 anos, além de jovens universitários das licenciaturas e pedagogia.

No dia seguinte ao acidente, um grupo de familiares e estudantes do CAP realizou um ato em frente às ruínas e cobrou apoio do governo, da universidade e da sociedade. “Estamos em um país em que não recebemos o mínimo de apoio às escolas. Como vamos formar um mundo e um país melhor sem que as nossas crianças recebam o apoio necessário?”, desabafou a estudante Sophia Mayumi, presidente do grêmio do CAP.

Mãe de uma estudante do ensino médio, Arlete Nery criticou o subfinanciamento que torna mais difícil a manutenção da infraestrutura. “O orçamento federal está sequestrado. O muro está caindo, as salas estão com infiltração, o mobiliário está precário e os profissionais são cada vez mais precarizados. É hora de a população dar apoio”. Ela também criticou a falta de envolvimento da maioria dos professores do colégio no ato. “Sabemos que há muitos professores lá dentro agora. Eles deveriam estar aqui, fazendo corom com a gente”, desabafou.

Luciana Vinagre, representante da Associação de Pais e Amigos do Colégio de Aplicação, se sentiu da falta de informações oficiais. “Soubemos da queda do muro pelas redes sociais. Só muito mais tarde recebemos um e-mail informando que as aulas hoje estariam suspensas”, disse. “Depois disso, silêncio. Pedimos muito que entrasse na pauta da direção um plano de contingência para esse tipo de situação, mas não fomos atendidos”, criticou Luciana. A direção se reuniu com as famílias apenas na quarta-feira, 25, para dar detalhes das etapas da reconstrução.

Representante do CAP no Conselho Universitário, a professora Maria Coelho participou da etapa final do ato. Ela destacou a sorte de o acidente ter acontecido num momento em que não havia circulação de pessoas. “Era uma tragédia anunciada. Felizmente caiu de madrugada e durante um feriado prolongado. Até quando contaremos com a sorte?”, questionou.

A equipe já esteve na escola e terminou nesta quinta-feira (26) a colocação dos tapumes para fechar o colégio e separar o canteiro de obras. Na sexta (27), serão colocadas as redes de proteção para evitar que crianças tenham acesso à área. O contrato tem duração de 90 dias.

A fiscalização ficará a cargo do Escritório Técnico Universitário (ETU). Igor Ribeiro, engenheiro do Escritório de Planejamento (Eplan) do ETU, explicou que o que encarece a contratação é o conjunto de serviços, além de todo o material necessário para executar a obra. “Não será um muro de alvenaria comum. Precisará de fundação, estruturas de concreto e armação”, informou. “O valor está dentro das composições do Sinapi (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e ficou bem próximo do limite mínimo”, afirmou. “A dispensa de licitação não incorreu em prejuízo à administração pública”, garantiu o engenheiro.

Ribeiro elabora, neste momento, um relatório sobre o desabamento e suas repercussões no que restou do muro. “Mais de 70% do que seria necessário demolir caiu e a Prefeitura do Rio já realizou a limpeza desse entulho. Esses valores precisariam ser subtraídos do contrato”, revelou. Ao longo do domingo, equipes da Prefeitura realizaram a retirada dos escombros e sinalizaram com fitas a interdição das calçadas. “Ao mesmo tempo, outros ajustes precisarão ser feitos para adaptar os termos às atuais condições da estrutura pós-queda”, disse.

O professor Eduardo Qualharini reforça que os valores estão dentro dos praticados no mercado. “Será um muro que precisará de sapatas, de estruturas de amarração. Não conheço detalhadamente o projeto, mas,

em linhas gerais, me parece um valor muito razoável. Diria até que está ligeiramente abaixo da média”, analisa o docente, que é coordenador do Núcleo de Planejamento e Pesquisa da Poli. Engenheiro civil de formação, ele afirma que uma série de fatores podem interferir no custo de um projeto. “Há custos diretos e indiretos. A urgência da obra também é um fator de cálculo”, sublinha.

RUA ISOLADA

Toda a rua já estava isolada pelo Corpo de Bombeiros no momento do desabamento. “Desde fevereiro temos monitorado o muro diariamente e no sábado, 21, percebemos uma maior movimentação da estrutura. Acionamos a reitoria e os Bombeiros, que isolaram a rua de ponta a ponta”, informou a diretora Cassandra Pontes. “Ao longo da madrugada, o muro foi caindo devagar”, contou. Uma árvore teria causado o dano estrutural. “Temos inúmeros chamados para a Prefeitura do Rio para a retirada ou poda desta árvore. Todos sem resposta”, lamentou a diretora.

REITORIA

Vice-reitora da UFRJ, a professora Cássia Turci destacou que a administração central realiza uma série de esforços, mas esbarra na falta de recursos. “São problemas sérios de infraestrutura não só no CAP, mas também na Educação Física, no JMM e em outras edificações. Todas estão na nossa lista de prioridade”, afirmou.

O reitor Roberto Medronho informou que a obra será concluída em até dois meses. “Lamentamos profundamente o ocorrido, mas olhamos para frente com responsabilidade e trabalho”, afirmou. “O CAP é um colégio público, gratuito e de excelência e seguirá assim”.

OPINIÃO

LIGIA BAHIA

Professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva

A QUEDA DO MURO DO CAP

UFRJ foi decorrência de um problema conhecido, reconhecido, embora não devida e tempestivamente solucionado. Um problema que se soma a inúmeros outros decorrentes da infraestrutura envelhecida e desgastada das instalações físicas de várias unidades acadêmicas da UFRJ.

SÃO MUITAS AS EMERGÊNCIAS,

cada uma é singular, prioritária e urgente. Estamos diante de uma conjuntura dura e prà lá de espinhosa, exigente de iniciativas que apontem alternativas para o funcionamento pleno da UFRJ.

AINDA DURANTE A PANDEMIA,

retomamos atividades presenciais. O retorno de alunos, professores e técnicos tem se demonstrado acertado, embora as condições de funcionamento da UFRJ nem sempre sejam adequadas. Ao correr da irresponsabilidade de abandonar os alunos, interromper aulas e semestres letivos, o teste da infraestrutura pegou. O que fazer? Manter as atividades e nos unir para buscar compatibilizar relevância social com orçamento suficiente.

Professores processados em 2008 buscam Justiça

> Ex-reitor, o professor Carlos Levi amarga 17 anos de acusação infundada de desvio de recursos. Ele, quatro docentes e um técnico esperam um desfecho positivo do processo nos próximos meses

KELVIN MELO
kelvini@adufrj.org.br

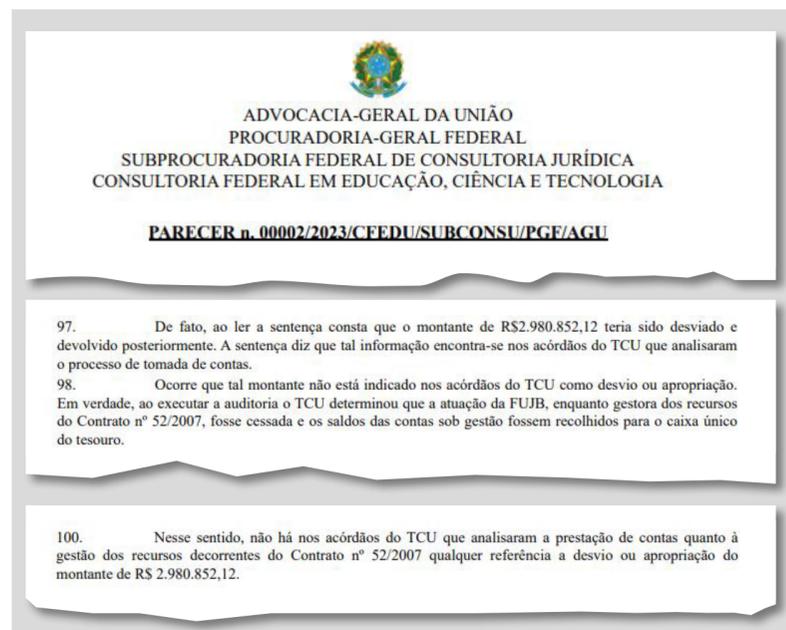
Este pesadelo se arrasta desde 2008, assombrando e desvirtuando minha vida pessoal e trajetória profissional. Durante todos esses anos, a angústia e a ansiedade têm sido companheiras constantes — tanto minhas quanto de minha família. O desabafo é do professor Carlos Antônio Levi, ex-pró-reitor de Planejamento da UFRJ entre 2006 e 2011 e reitor entre 2011 e 2015. Ele, quatro colegas docentes e um técnico sofrem há 17 anos com uma infundada acusação judicial de desvio de recursos públicos.

O drama teve início com uma inédita iniciativa para o financiamento de obras e ações da universidade. Em agosto de 2007, em troca da exclusividade da gestão da folha de pessoal e outros serviços financeiros — não existia, à época, a portabilidade de contas —, o Banco do Brasil repassou R\$ 43,5 milhões para a UFRJ, em cinco parcelas anuais.

O problema é que, onde a reitoria então dirigida por Aloísio Teixeira (de 2003 a 2011) enxergou uma oportunidade importante de recursos para a instituição, houve quem encontrasse a chance de uma retaliação política. Um deles, inimigo declarado e já falecido, foi o professor Agnelo Maia, da Faculdade Nacional de Direito. O docente, exonerado por condutas incompatíveis com a magistratura durante a gestão daquela reitoria, conseguiu que o Ministério Público fizesse denúncia criminal de um suposto desvio dos recursos da UFRJ.

Um dos acusados no processo e chefe de gabinete do reitor Aloísio Teixeira, João Eduardo Fonseca não tem dúvidas em afirmar que a reação do ex-professor da FND foi um dos pilares do doloroso processo que ele e os demais vêm enfrentando desde então (confira na página ao lado a íntegra dos depoimentos).

“As ações a que fomos submetidos nos âmbitos administrativo, civil e penal têm duas matrizes evidentes, que lhes deram origem e agravaram. Uma foi a intervenção da reitoria do professor Aloísio Teixeira na Faculdade Nacional de Direito, em 2004; a outra se refere ao ambiente de conspiração golpista iniciado no país notadamente em 2005, escalado até 2016 e



estendido até 2023”, argumenta.

Aloísio faleceu em 2012, aos 68 anos, e os mais próximos entendem que o processo foi decisivo para sua partida. “Tenho, hoje, poucas dúvidas de que seu fulminante infarto deveu-se, em grande medida, ao peso das injustas acusações contidas neste processo”, afirma Levi.

AACUSAÇÃO

O dinheiro do Banco do Brasil, extraorçamentário, foi transferido para a Fundação Universitária José Bonifácio, de apoio à UFRJ (FUJB). Uma prática corriqueira até hoje para agilizar as ações institucionais. “Enquanto projetos realizados sem o apoio das fundações enfrentam barreiras quase intransponíveis que muitas vezes impedem suas conclusões (burocracias insuperáveis, contingenciamento de verbas...), projetos apoiados pelas fundações são concluídos com velocidade inenarrável até para as empresas privadas mais eficientes”, explica o professor de economia Daniel Conceição, filho de Carlos Levi. O docente tem dedicado enorme parte do seu tempo à defesa da inocência de seu pai e dos colegas (veja depoimento ao lado e artigo na página 6).

A denúncia do suposto desvio, porém, levou o Tribunal de Contas da União a suspender o contrato para as devidas investigações, em 2011. Até então, a FUJB já havia executado R\$ 34.164.245,04 dos poucos mais de R\$ 43,5 milhões. A última parcela do contrato

“Durante todos esses anos, a angústia e a ansiedade têm sido companheiras constantes — tanto minhas quanto de minha família”

CARLOS LEVI
EX-reitor da UFRJ

(R\$ 7.795.690,60) e o saldo livre da penúltima parcela (R\$ 2.471.888,91), incluindo os rendimentos gerados sobre os recursos ociosos (R\$ 911.823,55), foram devolvidos à conta única da universidade, totalizando R\$ 44.431.824,55.

A regularidade do contrato foi atestada pelo próprio TCU, já em 2015, que aprovou as contas da fundação com apenas duas pequenas ressalvas: questionou o cálculo da correção monetária incluída no valor devolvido pela FUJB à UFRJ e repreendeu a fundação pela contratação de serviços de bufê para alguns eventos custeados pelo contrato.

Mesmo assim, não foi esse o entendimento da juíza Caroline Figueiredo, da 7ª Vara Federal Criminal. A magistrada entendeu que a determinação pelo TCU para a FUJB devolver cerca de R\$ 3 milhões à UFRJ seria a prova de que o tribunal teria considerado ilegal o pagamento

da “taxa de administração”. “A verdade, no entanto, é que o próprio Acórdão do TCU citado na sentença não descrevia desvio algum e não tinha qualquer relação com a taxa de administração”, explica Daniel.

Em 2019, a juíza sentenciou Carlos Levi a uma pena de 4 anos e 8 meses em regime semiaberto; João Eduardo Fonseca, chefe de gabinete (a 9 anos e 5 meses), Geraldo Nunes, coordenador de Convênios e Relações Institucionais (a 7 anos e 2 meses), Raymundo de Oliveira, presidente da FUJB (a 7 anos e 1 mês) e Luiz Martins, secretário-geral da fundação (a 5 anos). As penas não foram aplicadas, aguardando o término da tramitação no Judiciário. Mas outras penalidades foram impostas imediatamente, como o congelamento de bens desde então.

O processo criminal tramita em segunda instância — deve ser julgado este ano — e a defesa está bastante esperançosa de uma reversão da primeira sentença. Contribuiu para esta expectativa um parecer emitido pela Advocacia-Geral da União em 2023 que desfaz de maneira clara a confusão da primeira instância sobre a “taxa de administração” e rejeita categoricamente qualquer hipótese de desvio ou dano ao erário: “Em relação à gestão dos recursos do Contrato 52/2007, a FUJB recebeu sim remuneração em forma de taxa de administração no valor de R\$ 1.819.500,00, pagamento esse que foi auditado pelo TCU (...) e não recebeu

qualquer censura” e “Se a FUJB prestou os serviços de gestão, como restou constatado pelo TCU, a conclusão não poderia ser outra, senão a de que não há irregularidade”.

Outro ponto importante é que, antes da decisão em esfera criminal, a defesa acredita que sairá um resultado favorável aos acusados na Justiça civil, nos próximos meses.

OS ERROS

A defesa aponta uma série de erros na sentença de 2019. O mais grave, uma interpretação completamente equivocada de valores citados pelo TCU em seu acórdão 856/2014. Na sentença, a juíza cita que a FUJB devolveu R\$ 2,98 milhões à UFRJ por determinação do TCU, e que essa devolução imposta pelo tribunal de contas seria a prova de que “a taxa de administração” recebida pela fundação teria sido considerada ilegal.

Embora fosse este o valor apontado nas investigações preliminares do TCU (Acórdão 856/2014), ele foi reduzido para R\$ 2,47 milhões já na manifestação seguinte do tribunal de contas (Acórdão 1546/2015). Ao contrário do que alega a sentença, o valor devolvido não tinha qualquer relação com a “taxa de administração” recebida pela FUJB. Era apenas o saldo residual restante na conta da fundação no momento em que saiu do contrato.

“O Acórdão 1546/2015 que a sentença parece ter desconsiderado deixa mais do que claro que a FUJB deveria devolver o saldo-livre, e que o valor devolvido deveria ser corrigido monetariamente. Ou seja, criminalizou-se um simples e inocente troco!”, afirma Daniel.

Outro erro também muito grave na sentença se refere à incorreta identificação, em trechos cruciais da sentença, de Carlos Levi como reitor da UFRJ. “Uma simples pesquisa à internet permitiria verificar que o reitor da universidade à época da assinatura do contrato e ao longo de sua vigência era o professor Aloísio Teixeira. Meu pai era um dos pró-reitores. Virou reitor somente depois”, informa Daniel.

“A identificação incorreta de quem era o reitor embasou a identificação da suposta culpa, dolo e responsabilidade pelos atos criminalizados”, afirma Daniel. “Lutar contra esse absurdo virou minha missão — não só por amor ao meu pai, mas por respeito à verdade, à universidade e ao que ainda nos resta de Justiça”, conclui.



ARQUIVO ADUFRJ

RECURSOS DO CONTRATO GARANTIRAM CONSTRUÇÃO DO RU CENTRAL

O contrato com o Banco do Brasil possibilitou uma série de obras e ações acadêmicas da UFRJ até sua interrupção, em 2011.

Foram 339 obras e intervenções prediais, priorizadas por departamentos, unidades e conselhos da instituição. Entre elas, uma reforma da Faculdade Nacional de Direito e um Restaurante Universitário central (ao custo de R\$ 7,3 milhões) que fornece milhares de refeições por dia. Também houve a realização de 988 eventos técnicos, científicos e culturais — todos selecionados em edital público da UFRJ.

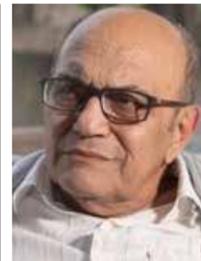
DEPOIMENTOS



CARLOS LEVI,
ex-pró-reitor de Planejamento de 2006 a 2011, e reitor de 2011 a 2015:



JOÃO EDUARDO FONSECA,
ex-chefe de gabinete do reitor:



RAYMUNDO DE OLIVEIRA,
ex-presidente da FUJB:



LUÍZ MARTINS,
ex-secretário de gabinete da FUJB:



GERALDO NUNES,
ex-coordenador de Convênios e Relações Institucionais:

FOTOS: ACERVO PESSOAL

DANIEL CONCEIÇÃO,
professor do Ippur/UFRJ e filho de Carlos Levi:

“O que aconteceu com meu pai — e com outros colegas da UFRJ — não foi apenas uma injustiça judicial. Foi um caso cruel e emblemático de lawfare: o uso do aparato jurídico para perseguir, punir e calar servidores públicos comprometidos com o bem comum.

Desde a primeira denúncia mentirosa me vi tomado por um único objetivo: lutar por Justiça. Por ter um perfil obsessivo-compulsivo, essa luta ocupou toda a minha mente. Deixei de lado minha carreira acadêmica e praticamente todas outras dimensões da vida. Passei anos mergulhado nos autos, nos acórdãos, nos pareceres. Não posso afirmar que meu primeiro casamento fracassou por isso, mas não é difícil perceber o quanto a violência estrutural do processo — e o sofrimento do meu pai — afetaram meu comportamento e minhas relações.

A obsessão se intensificou ainda mais após a sentença de primeira instância. Quanto mais estudava o caso, mais revoltante parecia a condenação. Trata-se de uma sentença marcada por erros tão flagrantes que sequer exigem formação jurídica para serem percebidos — apenas capacidade de interpretar textos e respeito aos fatos. Lutar contra esse absurdo virou minha missão — não só por amor ao meu pai, mas por respeito à verdade, à universidade e ao que ainda nos resta de Justiça.”

“Este pesadelo se arrasta desde 2008, assombrando e desvirtuando minha vida pessoal e trajetória profissional. Durante todos esses anos, a angústia e a ansiedade têm sido companheiras constantes — tanto minhas quanto de minha família, que compartilha o peso de cada dia atravessado sob a sombra desta acusação.

A morte do professor Aloísio Teixeira foi uma perda precoce e irreparável. Tenho, hoje, poucas dúvidas de que seu fulminante infarto deveu-se, em grande medida, ao peso das injustas acusações contidas neste processo. A sua partida calou uma voz importante na nossa luta e esforços na busca por verdade e boa justiça. Por todos esses anos, enfrentamos as vicissitudes de uma batalha inglória, tentando, com dignidade, sustentar não só a verdade, mas muito além disso, a memória de um projeto coletivo, universitário, público e honesto.”

“As ações a que fomos submetidos nos âmbitos administrativo, civil e penal — desde 2008! — têm duas matrizes evidentes, que lhes deram origem e as agravaram. Uma foi a intervenção da reitoria do professor Aloísio Teixeira na Faculdade Nacional de Direito, em 2004; a outra se refere ao ambiente de conspiração golpista decorreu a reação de indivíduos e interesses nefastos, contrariados com as decisões da Reitoria e dos colegiados da UFRJ, para normalizar e requalificar a FND. Do ambiente golpista (...) emergiram as narrativas demagógicas anticorrupção; a criminalização generalizada da administração pública; os equívocos e abusos de setores radicalizados de órgãos de controle; a violação de direitos e a ruína de reputações e biografias pela espetacularização midiática irresponsável.”

“Sempre tive imenso orgulho do que pude fazer pela UFRJ e por sua comunidade. Participei, com afinco e honestidade, da construção de projetos concretos que melhoraram a vida de milhares de estudantes, técnicos e docentes. O Restaurante Universitário do Fundão é um exemplo simbólico disso: um espaço de acolhimento, saúde e dignidade, que representa o compromisso da universidade com os que mais precisam.

Nunca desviei um centavo. Nunca usei um privilégio. O que fiz foi trabalhar — com os meios que tínhamos — para que a universidade seguisse viva, mesmo sob restrições, cortes e crises. E se hoje falo é porque não aceito que o fim da minha trajetória seja marcado pela injustiça. Porque a dignidade, ao contrário do tempo, não envelhece. Ela exige ser protegida até o último dia.”

“Fui humilhado publicamente numa matéria mentirosa do “Fantástico” da Rede Globo, para 40 milhões de pessoas. Em razão disso sofri xingamentos de corrupto pelo celular. Tive que dar explicações para a família, amigos e alunos. Minha família sofreu as mesmas agressões. Essa humilhação pode ser apagada com a absolvição. Mas o mal que ela já causou vai me corroer para sempre (...).

Não estou querendo nenhum privilégio. Todo e qualquer privilégio é antidemocrático e antirrepublicano. Apenas saliento que não manchei, nem mancharei a minha biografia com desvio de dinheiro público.”

“Fui demitido. Não por erro meu, mas por uma engrenagem que decidiu me julgar antes de me ouvir. Vivi a vergonha pública, o abalo familiar, o silêncio dolorido nos corredores (...). Sofri como homem, como servidor e como cidadão. E no fundo do peito carregava a única certeza que me restava: a de que não havia cometido crime algum.

Anos depois, a CGU reconheceu essa verdade. Fui readmitido. Voltei com a dignidade oficializada — mas com as marcas de quem passou pela fogueira da injustiça.

Agora, mesmo depois de reconhecida minha inocência na esfera administrativa, sigo processado criminalmente — como se os fatos já esclarecidos e os erros já reparados pela própria administração, não valessem nada.”

“MÃE, PRETA, REINCIDENTE”: LITERATURA, MEMÓRIA E JUSTIÇA NAS VOZES DE MULHERES NEGRAS

> Peça de Dani Balbi expõe as feridas de um Estado que mata a juventude negra e de mães que lutam para manter a memória de seus filhos enquanto tentam sobreviver à dor

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

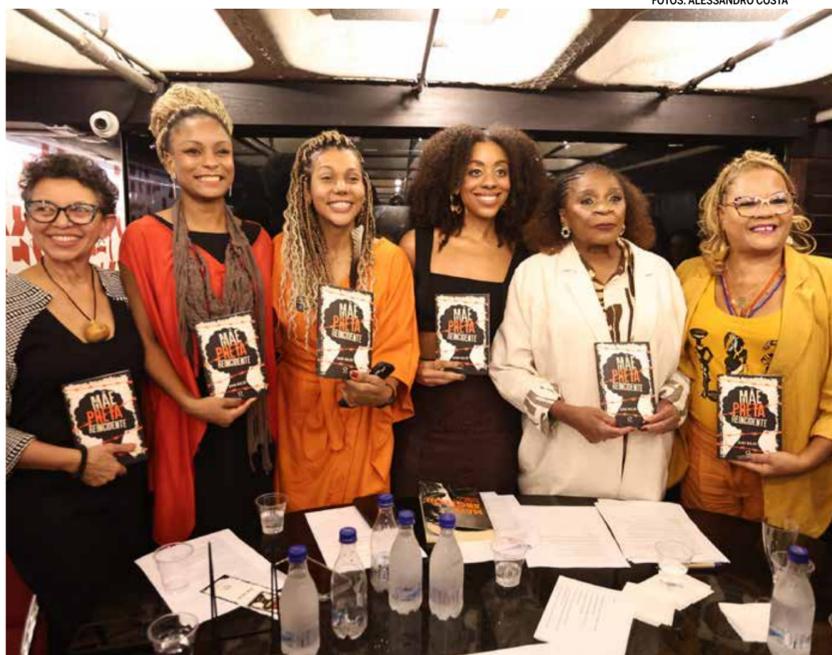
A noite de 17 de junho foi marcada pela emoção. Doutora em Literatura Dramática pela UFRJ e ex-professora substituta da Escola de Comunicação, a deputada estadual Dani Balbi lançou a peça “Mãe, Preta, Reincidente” em que conta a saga de uma mulher que perde seus filhos para a violência de Estado. O evento, com direito a sessão de autógrafos e leitura dramatizada da obra – por ninguém menos que a atriz Zezé Motta –, foi realizado na Livraria da Travessa, no Leblon. O espaço tradicionalmente associado à elite cultural carioca se transformou em uma potente roda de conversa sobre literatura, dor, luto, luta e esperança.

Presidenta da AdUFRJ, a professora Mayra Goulart prestigiou a atividade e elogiou a autora. “Para nós, é um orgulho ter uma colega e parlamentar do gabarito da Dani Balbi. Extremamente comprometida com os direitos humanos, com as garantias fundamentais, com uma sociedade democrática, com a educação”, elenca. “Em tempos de polarização política, a peça da Dani ganha ainda mais im-

portância porque denuncia que a morte da população negra e pobre desse país é projeto político da extrema direita”, defende. “Tenho certeza de que toda a UFRJ está muito feliz vendo essa realização”.

O evento contou com a participação de mães de vítimas da violência do Estado, como Mônica Cunha, ex-vereadora que transformou o luto pelo filho Rafael, assassinado há 18 anos pela polícia, em luta por justiça e direitos humanos. Ela escreveu o prefácio do livro. “O luto não pode nos paralisar. A peça é uma forma de justiça simbólica, que resgata e perpetua a memória dos filhos perdidos para o genocídio da juventude negra”, disse, na abertura do evento. A peça dá visibilidade para histórias como a de Mônica, rompe o silêncio sobre essas dores e impõe a escuta afetiva.

Figura especial na plateia, a advogada Marinete Silva, mãe da vereadora Marielle Franco, acompanhou emocionada a atividade. “Falar da luta dessas mulheres é extremamente necessário. Não dá para imaginar o que é a dor de uma mãe que perde um filho. Eu convivo com essa dor. Mas ver que essa dor está retratada numa peça é motivo de felicidade, porque dá visibilidade, mostra que não estamos sós”, acredita dona Marinete, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB/



FOTOS: ALESSANDRO COSTA

RJ. “A Dani é uma parceira da nossa luta. Vida longa ao projeto. Vida longa à Dani”.

Professora titular da Faculdade de Letras, Beatriz Rezende era só orgulho. “Viver um momento como esse dá sentido à nossa vida. Quando a gente chega já perto do final, como eu estou, e vejo esses filhotes brilhando, é maravilhoso”, dis-

se. “A Dani é um caso muito excepcional. Fui sua professora e ela sempre foi ótima aluna. Os sentimentos da noite são orgulho e felicidade por ser docente da UFRJ”.

Além da veterana Zezé Motta, as jovens atrizes Ayanna Dias e Alice Morena deram voz à protagonista da trama. “Fico muito honrada quando percebo que

mulheres negras mais jovens falam que fui uma inspiração. Falo isso com muita humildade, mas com muito orgulho porque quando eu ouço isso o que vem à mente é que toda a luta valeu a pena”, acredita Zezé Motta. “Enquanto a palavra desigualdade existir no mundo, nós temos que continuar lutando e o livro da Dani vai nesse sentido”.

DEPOIMENTO

“Escolhi lutar para não morrer”



MÔNICA CUNHA
EX-VEREADORA, MÃE DE RAFAEL
E FUNDADORA DO MOVIMENTO
MÓLEQUE

Quando a Dani me pediu para escrever o prefácio, eu tomei um susto com o título ‘Mãe, Preta’. Perguntei: ‘O livro é sobre mim?’ e ela me disse: ‘Sobre você e diversas outras que vivem o que está retrata-

do aqui todos os dias’. Somos a maioria de mães negras, de mulheres negras, de tias negras, mas também somos a maioria sem direitos. Somos a maioria que ainda não tem moradia digna, que é invisibilizada, silenciada. Nós não temos remuneração digna. Somos ainda as que fazem filas enormes no sistema carcerário desse país, no sistema de medidas socioeducativas. E somos nós que estamos enterrando os nossos filhos, os nossos maridos, os nossos homens presos.

A gente não está aqui fazendo uma luta, uma militância, porque só nós, mulheres negras, temos que chegar lá. Nós fazemos a luta

por um povo. Todos nós temos que chegar juntos a espaços de decisão. Ter direito à vida, antes de qualquer coisa. Precisamos ter o direito de parir e os nossos filhos continuarem vivos. Temos que esperar. Temos que ter direito a ter expectativa. Muitas jovens mulheres negras, quando acessam espaços antes a elas negados, não querem ser mães. Tudo bem não querer ser mãe por opção, mas elas não querem ser mãe por medo. Não querem ser mãe porque não querem perder o filho numa maternidade, por negligência. Não querem perder o filho numa creche. Não querem perder o filho assassinado. Isso é

muito triste. É nos tirar o direito de sermos mães.

Estamos aqui, numa livraria no Leblon, num dos lugares mais ricos do estado do Rio de Janeiro, é de uma importância incrível. Ver mulheres negras representadas nesse espaço é maravilhoso. As mulheres negras que estavam aqui eram atrizes, escritoras, professoras, doutoras, parlamentares. Mulheres que romperam o ciclo e que dizem que não aceitaremos mais esse racismo sobre as nossas vidas, sobre os nossos corpos, sobre a nossa história.

Eu sou uma mulher que vivo do luto à luta diariamente, porque o meu luto não pode me paralisar. Ele tem que ser impulsionador para que eu continue combatendo o racismo e não para me matar. Eu escolhi lutar para não

morrer e resignifico a minha dor todos os dias, por mais que o Estado não me permita. Quando mata o Herus (Guimarães Mendes, de 24 anos, assassinado pelo BOPE durante uma festa junina, no Morro Santo Amaro), por exemplo, cada mãe revive a sua dor. Cada mãe não vê o Herus, vê o seu próprio filho. Então, a nossa dor é revisitada a todo momento. Isso gera um adocimento muito grande entre nós. Muitas já morreram, infartaram. Não aguentaram. Eu sei que não verei, mas minhas netas vão ver que não vão nascer outras mulheres negras para chorarem pela perda. Elas nascerão para o sucesso, para a expectativa, para desfilarem por espaços como este.

ENTREVISTA | DANI BALBI

Cria da UFRJ, Dani Balbi também é roteirista premiada. A autora integra uma geração de mulheres que aliam produção acadêmica, ativismo político e criação artística. É a ficção que nasce da urgência social. A autora concedeu entrevista exclusiva ao Jornal da AdUFRJ. Confira a seguir.

■ **Jornal da AdUFRJ: Como está se sentindo nessa noite de celebração?**

● **Dani Balbi** – Estou muito feliz. Eu acho que faço parte de uma leva – que felizmente nos últimos anos tem se mostrado mais vigorosa e contínua – de alunos que se formaram na Faculdade de Letras da UFRJ e encontraram o caminho para utilizar, sem mecanicismo e sem utilitarismo, os estudos do percurso acadêmico na empreitada ficcional. Eu me sinto especialmente encorajada por esses meus amigos, camaradas que eu admiro, colegas de faculdade que vêm marcando a literatura contemporânea. Estou muito feliz de fazer parte desse movimento coletivo.

■ **E como foi escolher a atriz Zezé Motta para essa leitura dramatizada?**

● **A Zezé** se destacou quando construiu o Cidan (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, fundado em 1984) que reunia diversos artistas de diferentes ramos. Além disso, é a maior atriz viva brasileira. Ela tem muito a dizer sobre esse movimento e sobre o movimento muito específico de autores negros da literatura e da literatura dramática. Então, fico muito orgulhosa de tê-la nesse projeto.

■ **Era um sonho se tornar escritora? Tem outros lançamentos no futuro próximo?**

● **Eu entrei** na Faculdade de Letras para dar vazão à minha escrita. Eu sou roteirista. Tenho um roteiro de longa já premiado (o docudrama ‘Azangulê: o levante’, de 2021). Estou construindo o roteiro da vida da Dona Ivone Lara e estou trabalhando também numa adaptação de uma das últimas obras premiadas do Vianinha, o ‘Papa Highirte’. Estou também pensando em dar consequência a outras empreitadas da literatura e do romance. Então, já era um plano, uma experimentação que vem se tornando realidade.

■ **O que vocêalaria hoje para a Dani de 10, 15 anos atrás, que é o retrato de boa parcela de estudantes da UFRJ?**



ALESSANDRO COSTA

● **Eu diria** para a Dani continuar acreditando no sonho, na ficção como método, como propósito, como inspiração, como intuição – por que não? Diria para seguir no seu percurso de estudo, porque tudo isso levaria essa mulher, que na época era uma menina muito confusa, a um lugar de realização.

■ **A temática da peça envolve questões de gênero, raça, violência de Estado, desigualdade. Você classificaria sua obra como uma homenagem, uma crítica social, um manifesto político ou tem um pouco de cada coisa?**

● **Classificaria** a minha obra como crítica social, manifesto político. É um manifesto contra a continuidade dessa política de morticínio, que hoje a gente conceituou de necropolítica, que vem sendo empreendida desde o governo de

Sérgio Cabral com toques de crueldade cada vez mais expressados. Política essa que, infelizmente, toma a oficialidade da segurança pública do Rio de Janeiro.

■ **O título é bastante forte. “Reincidente” é uma palavra geralmente associada a pessoas que voltam a cometer atos infracionais. Mas me parece que você rompe com esse significado. É uma resposta àqueles que classificam mães periféricas como “fábricas de marginais”, como disse o então governador Sérgio Cabral, em 2007?**

● **É curioso** você chamar atenção para essa parte do título. O termo ‘reincidente’ é usado justamente como provocação. Na leitura da obra fica explícito que quem reincide criminalmente não é a mãe, mas é o sistema de Justiça que comete duas violações, dois assassinatos que pesam

sobre ela. Então, sim, a obra toma partido das mães vítimas de violência policial. É uma crítica muito contundente a esse sistema.

■ **A obra é ficcional, mas o tema é muito atual, sobretudo nas favelas do Rio de Janeiro. Algum caso em especial te inspirou nessa construção?**

● **Não houve** um caso particular, mas fui impulsionada pelo aumento dos casos de violência policial. Esses diversos casos me levaram e me deram elementos, de certa maneira, para ficcionar essa tragédia particular.

■ **Qual a importância de trabalhar essa temática num espaço de cultura situado numa região tão rica da cidade, como o Leblon?**

● **Em princípio**, a escolha do local foi mais desinteressada, partindo apenas das parcerias da editora e dos espaços disponíveis. Depois, pensamos em cancelar, por conta da possível hostilidade temática. Por fim, decidimos manter justamente por conta da ocupação desse espaço por temáticas, narrativas e corpos que trazem a marca das violações do Estado. Que são atravessados pelo racismo, machismo, LGBTQIAP+fobia e, particularmente, lembrando um pouco o que foram as violações na época dos ‘rolezinhos’ que, inclusive, aconteceram no tempo da política de Segurança Pública de Sérgio Cabral e foram bastante reprimidos enquanto atos políticos.

■ **Por fim, que recado você deseja passar para as mães que perderam seus filhos para a violência de Estado?**

● **Quero dizer** às mães que elas estão amparadas por mim, por camaradas. Dizer que existe uma força coletiva que passa pelo fortalecimento do campo popular e democrático, e que está nele, que entende como central a luta contra o genocídio contínuo. Quero dizer que a memória dos seus filhos e das suas dores, especialmente a sua luta, que nasce dessas violações, continua em nós, militantes de esquerda, por uma política de segurança alinhada aos direitos humanos fundamentais.

DEPOIMENTO

“Sensação de dever cumprido”



ELEONORA ZILLER
PROFESSORA DA FACULDADE
DE LETRAS, ORIENTADORA
DE DANI BALBI

Para qualquer professor, ver a realização de um trabalho de tanto tempo é o nosso Prêmio Nobel. Começamos a trabalhar juntas quando ela estava no terceiro período da graduação. Depois, na Iniciação Científica. Seguimos

para o mestrado, para o doutorado. Eu acompanhei a Dani numa trajetória extraordinária. A Dani tinha uma heterodoxia na hora de se apropriar das discussões dos textos literários que muitos professores achavam confuso, porque era muito pouco fechada nos modelos teóricos. Ela tinha conhecimento, mas escolhia aplicar de maneira diferente.

Desde o primeiro seminário que ela fez comigo, que era sobre Tristão e Isolda, ela me impressionou muito. Havia uma discussão sobre quem era a personagem Isolda e a Dani apresentou uma potência que parecia que a Isolda estava viva ali na minha frente. Ela estava no início da faculdade, com

formação teórica muito inicial, mas ela tinha uma enorme potência criativa. Dalí ela foi crescendo teoricamente, intelectualmente, fazendo um trabalho de muita complexidade e muita seriedade.

Ela aliou a trajetória acadêmica à vida política durante todo o tempo todo em que esteve na universidade. O que é uma marca dela até hoje. Foi representante dos estudantes, esteve no Centro Acadêmico, mas sempre cuidando de sua excelência acadêmica. Daquela geração, ela ganhou muita visibilidade e por um momento histórico muito particular. Fico imaginando (se seria possível) há 20 anos uma mulher trans, negra, alcançar a projeção que ela

está alcançando e numa luta de poder falar sobre todos os temas e não ser circunscrita apenas aos temas de ser mulher, preta, trans, periférica. Então, eu a considero de uma potência extraordinária. Uma figura rara, que faz tudo isso com muito afeto e dedicação.

Ao vê-la, hoje, eu me sinto privilegiada. Sentimento de dever cumprido. Eu fiz muito pouco, mas é um pouco que é importante que todos os professores tenham essa consciência. É o abrir portas. A gente não precisa tutelar os alunos. A gente não precisa dizer para onde eles devem ir. Esse não é o nosso papel. O nosso papel é abrir a porta, é falar que o espaço é deles, é encorajar.

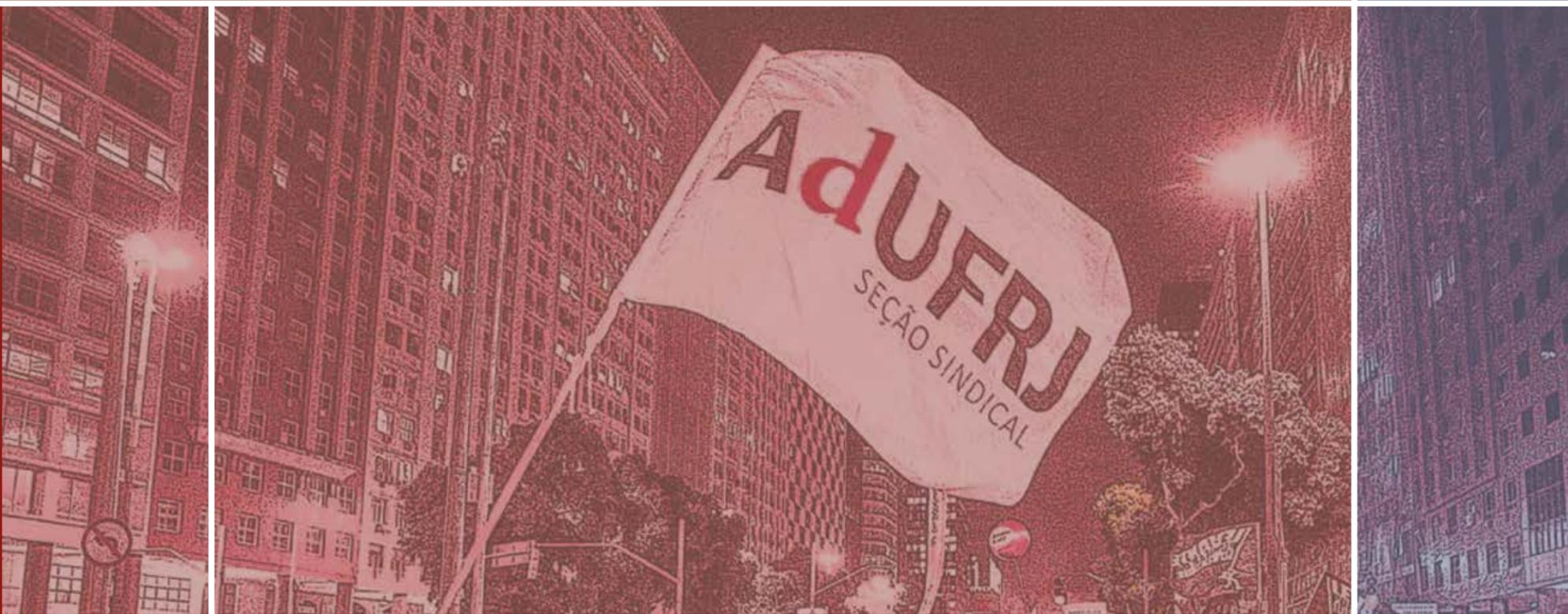
Essa foi uma relação de mão dupla. Eu acompanhei daquele Daniel que chegou à Faculdade de Letras até essa potência fe-

minina que está colocada. Eu não tinha ideia da intimidade dos problemas, da violência cotidiana, da dureza, da coragem, do efeito doloroso da transição, da força da decisão interna. Com ela eu aprendi demais. Do ponto de vista da relação entre professor e aluno, é a relação perfeita. Tudo aquilo que eu via como potencialidade desabrochou, e eu ajudei a desabrochar, mas ao mesmo tempo eu também cresci, me transformei em uma pessoa muito melhor.

Eu confesso que a preferência numa redoma, com uma bolsa de pós-doutorado, fazendo concurso, lendo, escrevendo. Sinto medo pela violência política, de gênero, mas ela tem um papel a cumprir. Não dá para abrir mão desse papel.

ASSEMBLEIA

SEGUNDA, 30/06 - 10H
SALA E 212



**ELEIÇÕES DA
ADUFRJ ESTÃO
CHEGANDO.
VENHA DEBATER
O CALENDÁRIO
ELEITORAL!
JUNTOS SOMOS
MAIS FORTES.**

AdUFRJ